

O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA DO ESTADO DO CONHECIMENTO EM TESES E DISSERTAÇÕES (2015 - 2021).

Perske, Ketlin Elís, Baptistella, Estefani, Almeida, Maria de Lourdes Pinto de y Sarturi, Rosane Carneiro.

Cita:

Perske, Ketlin Elís, Baptistella, Estefani, Almeida, Maria de Lourdes Pinto de y Sarturi, Rosane Carneiro (2024). *O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA DO ESTADO DO CONHECIMENTO EM TESES E DISSERTAÇÕES (2015 - 2021)*. *III Congreso Internacional de Ciencias Humanas. Escuela de Humanidades, Universidad Nacional de San Martín, Gral. San Martín.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/3.congreso.eh.unsam/178>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/esz9/2Tm>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA DO ESTADO DO CONHECIMENTO EM TESES E DISSERTAÇÕES (2015 - 2021)

Ketlin Elís Perske (UFSM; ketlin.perske@ufsm.br)
Estefani Baptistella (UFSM; estefani.baptistella@gmail.com)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UFSM; malu04@gmail.com)
Rosane Carneiro Sarturi (UFSM; racsarturi@gmail.com)

Resumo: Este trabalho apresenta como temática as políticas públicas de acesso e permanência na educação superior. O objetivo é verificar o que já foi produzido e estudado sobre as políticas públicas de acesso e permanência na educação superior de 2015 a 2021, em dissertações e teses. A metodologia do trabalho é de cunho qualitativo, documental, organizada a partir de uma pesquisa do estado do conhecimento realizada em dissertações e teses no repositório Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Como resultados, foi possível verificar que há lacunas para serem pesquisadas, tanto na política de acesso aos estudantes ingressantes por cotas quanto ao modo como as universidades implantam e gerenciam as políticas de assistência. Conclui-se, pois, que é necessária uma reflexão sobre o modo como as pesquisas abordam a política de assistência estudantil, que muitas vezes é considerada apenas como a responsável por implementar ações de moradia e alimentação, no entanto, há muitos outros eixos que precisam ser implementados a fim de proporcionar ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica um percurso acadêmico estável e que garanta sua permanência na universidade.

Palavras-chave: Educação Superior; Assistência Estudantil; Estado do Conhecimento; Programa Nacional de Assistência Estudantil; Lei de Cotas.

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa em fase de conclusão do Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulada: **Políticas Públicas de assistência estudantil na educação superior: desafios e perspectivas de duas universidades federais do Rio Grande do Sul em tempos pandêmicos**. Apresenta como temática as políticas públicas de acesso e assistência na educação superior. Foi realizada uma delimitação do campo do conhecimento científico por meio de uma pesquisa do estado do conhecimento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Como descritores foram selecionados: “Políticas educacionais de acesso”, “Políticas educacionais de acesso AND universidades públicas”, “Programa Nacional de Assistência Estudantil”, “PNAES”, “Lei de Cotas”, “Lei nº12.711/2012”, “Lei de Cotas AND Lei n. 12.711/2012”, “Coronavírus”.

Iniciou-se a pesquisa no repositório sem a utilização de filtros específicos e, no momento seguinte, utilizou-se os mesmos descritores, porém com os filtros de período (do ano de 2015 a 2021) e com a área de pesquisa “ciências humanas e educação”. Após a primeira busca e seleção, foram elencados os critérios de descarte: I- as políticas educacionais de acesso e permanência nos Institutos Federais; II- estudos de caso que não apresentem as percepções de estudantes sobre as políticas educacionais, III - estudos de caso que apresentem apenas a descrição das políticas públicas sem reflexão sobre o tema. Já os critérios de seleção incluem as produções que apresentam: I - as políticas de assistência estudantil, a partir de 2010, no Brasil (ano de publicação do Decreto do PNAES); II – estudos de caso que envolvam somente estudantes beneficiários das ações do PNAES; III – estudos de caso que tratem da Lei 12.711/2012 (Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências).

A partir destes critérios, após a leitura dos títulos e resumos das dissertações e teses, foram selecionadas 14 produções, distribuídas nos descritores da seguinte maneira: “Políticas educacionais de acesso AND universidades públicas”, não foi selecionada nenhuma produção; no descritor “Programa Nacional de Assistência Estudantil” e “PNAES”, foram selecionadas oito produções; já com o descritor “Lei de Cotas AND Lei n. 12.711/2012, foram selecionadas seis produções; com o descritor “coronavírus”, nenhuma produção científica foi selecionada.

A partir da leitura e sistematização das produções selecionadas foi realizada a categorização da produção científica, por meio da formação de categorias emergentes ou empíricas, nas quais, segundo Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), o pesquisador se deixa impregnar pelo que está escrito nas publicações em análise e delas faz emergir recorrências e tendências.

Encontrou-se diante da seleção da produção do conhecimento científico das dissertações e teses constantes na Base BDTD duas categorias: Programa Nacional de Assistência Estudantil e Políticas de acesso. Ao realizar a leitura da produção de cada categoria analítica, foi realizada novamente a categorização de modo que foram elencadas subcategorias de acordo com as temáticas ou objeto de análise de cada produção científica. Na categoria Programa Nacional de Assistência Estudantil, foram elencadas as subcategorias: 1) acesso e permanência, com duas produções; 2) avaliação do PNAES, com três produções; 3) efetividade, com uma produção; 4) execução, com duas dissertações.

Na subcategoria “avaliação” do Programa Nacional de Assistência Estudantil, foram selecionados o maior número de produções, um dado interessante, pois essa política já conta com 14 anos de implantação (desde a Portaria inicial, em 2008), tendo,

ainda, poucas produções que avaliam as ações de assistência estudantil nas IFES, principalmente por parte dos seus usuários.

A outra categoria selecionada foi a “Lei de acesso nº 12.711/2012”, em que foi encontrada uma produção científica que aborda o acesso e a permanência a partir da análise da Lei nº 12.711/2012, denominada Lei de Cotas, além de três trabalhos que tratam da avaliação da referida legislação e dois que abordam como se deu a implantação da lei em instituições federais de ensino. Na subcategoria: “Acesso e permanência”, foi selecionada somente uma dissertação. Na subcategoria “avaliação”, foram selecionadas três dissertações. Na subcategoria “implantação” da Lei nº 12.711/2012, foram selecionadas uma dissertação e uma tese para a análise.

Após a leitura, a análise e a sistematização das dissertações e teses selecionadas verificou-se que não há muitos estudos que tratam sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e sobre a Lei nº 12.711/2012, objetos de estudo desta pesquisa.

Quanto ao PNAES, nas duas bases analisadas, observou-se que a subcategoria que abrangeu o maior número de produções científicas foi a da avaliação do referido Plano. Ainda em relação à subcategoria “avaliação”, é necessário ressaltar que as avaliações constantes nas produções científicas dizem respeito aos eixos estruturantes constantes no Decreto como um todo, sendo que apenas duas produções científicas tratam especificamente do eixo alimentação.

Outro aspecto interessante é o que diz respeito às subcategorias “efetividade” e “execução” do Programa Nacional de Assistência Estudantil, pois verificou-se que as produções selecionadas investigaram como as ações do Decreto são materializadas nas IFES, como são efetuadas e executadas pelos gestores e servidores da assistência estudantil, quais as dificuldades e desafios deste processo, visto que cada universidade adota as ações que cabe à sua comunidade acadêmica. Contudo, também há um número muito reduzido de produções sobre o tema, o que faz com que não seja possível traçar um possível panorama de como as ações estudantis de permanência são estruturadas nas diversas IFES do país.

Na sequência, quando tratamos da categoria “Lei de acesso nº 12.711/2012” observou-se também que a subcategoria em que foram selecionadas o maior número de produções científicas foi a de “avaliação”.

As produções científicas que foram selecionadas para a subcategoria “avaliação” buscam verificar se a Lei de Cotas está mudando o perfil dos estudantes e esse estudo é realizado em determinado período. Entretanto, o que se verificou é que, para isso, são consultados banco de dados e de notas e não há uma pesquisa de campo mais aprofundada com os estudantes a fim de verificar as outras variáveis que

influenciam neste processo e até se os estudantes que lograram êxito no ingresso conseguem concluir o curso, em quanto tempo e como se dá esse percurso na universidade.

Como sistematização dos resultados, pode-se afirmar que a subcategoria “avaliação” do PNAES é aquela na qual foram selecionadas o maior número de produções. Como esta política já conta com 14 anos de implantação, ainda se verifica um número baixo de produções que avaliam as ações de assistência estudantil nas universidades, principalmente por parte dos seus usuários, sendo que a maioria trata das ações de moradia e alimentação. Quanto à Lei nº 12.711/2012, existe um número muito baixo de estudos envolvendo os estudantes ingressantes pela cota socioeconômica, ou seja, aqueles com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Observou-se que grande parte das produções tratam das cotas para negros, quilombolas, indígenas e deficientes físicos. As produções científicas que foram selecionadas para a subcategoria “avaliação” buscam compreender se a Lei de Cotas está mudando o perfil dos estudantes, porém o que se verificou é que para isso são consultados banco de dados e de notas e não há uma pesquisa de campo mais aprofundada com estes estudantes a fim de verificar as outras variáveis que podem influenciar neste processo e até se estes que lograram êxito no ingresso conseguem concluir o curso, em quanto tempo e como se dá esse percurso na universidade. Deste modo, verificou-se que há lacunas para serem pesquisadas, tanto na política de acesso aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, quanto ao modo como as universidades implantam e gerenciam as políticas de assistência a estes estudantes, por meio do PNAES.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 29 ago, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 19 jul. 2010.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento:** teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.